

## Summit: Propriedade intelectual



Aziz: "Os padrões precisam evoluir em conjunto"



Lisboa: "O desafio é se integrar ao mundo sem perder soberania"



Silveira: "É preciso avançar para uma harmonização habilitadora"

# Alinhamento global é chave

Especialistas defendem a harmonização de normas e alertam que a fragmentação pode enfraquecer o sistema de patentes

» RAFAELA GONÇALVES  
» WAL LIMA

Em um cenário internacional cada vez mais marcado por medidas unilaterais, especialistas e executivos alertam para os riscos à previsibilidade e à segurança jurídica na área de propriedade intelectual, especialmente no sistema de patentes. Esses elementos são considerados pilares essenciais para a inovação, a proteção do conhecimento e a atração de investimentos. A fragmentação de regras e o aumento da incerteza nas normas tendem a dificultar o desenvolvimento tecnológico e a integração dos mercados. O debate esteve no centro do segundo painel do evento, com o tema "Benefícios da harmonização internacional para a inovação", que reuniu representantes do setor para discutir caminhos de maior convergência regulatória.

O diretor sênior da Pharmaceutical Research and Manufacturers of America (PhRMA), Anjam Aziz, fez alertas sobre os impactos da adoção de medidas unilaterais no sistema global de propriedade intelectual. Segundo ele, mudanças fragmentadas nas regras de patentes podem enfraquecer a previsibilidade necessária ao desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente na área da saúde, e acabar desestimulando investimentos em inovação em diferentes países. Ele defendeu a manutenção do acordo internacional sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) como referência mínima para a construção de marcos regulatórios modernos, estáveis e capazes de garantir previsibilidade a investimentos de longo prazo. "O acordo Trips é a base. Nós negociamos isso há 30 anos. No mínimo, precisamos garantir a manutenção desse marco", afirmou.

Para Aziz, a inovação exige atualização contínua dos marcos regulatórios, mas sem abrir mão de princípios como proteção de dados, exclusividade de mercado e direitos patentários. Ele destacou que novas tecnologias, como a inteligência artificial, impõem a necessidade de adaptação das leis sem enfraquecer os incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento.

Segundo ele, a propriedade intelectual se tornou central na economia do conhecimento. "Hoje falamos de inteligência artificial, digitalização, novas plataformas de inovação e de como essas tecnologias precisam de um ambiente regulatório que acompanhe essa evolução. Os padrões precisam evoluir em conjunto", defendeu.

O executivo citou movimentos de modernização em países da América Latina e alertou para a necessidade de o Brasil avançar em ajustes regulatórios estratégicos. "Os países estão se movendo, os padrões estão evoluindo e precisamos avançar juntos. Esse é o caminho para construir um ambiente que beneficie governos, indústria e, principalmente, a sociedade, que depende da inovação para ter acesso a novas soluções em saúde e tecnologia", destacou.

### Soberania

Conciliar a integração do Brasil aos padrões internacionais com a preservação da soberania nacional é um dos principais desafios da política de propriedade intelectual, afirmou Daniel Lisboa, chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores. "O desafio é se integrar ao mundo sem perder soberania e particularidades", disse.

Lisboa destacou que o alinhamento internacional traz benefícios concretos. "É inegável que uniformizar procedimentos pode reduzir custos e aumentar a segurança jurídica, ampliando investimentos e o acesso a tecnologias", afirmou. Por outro lado, ressaltou que países em desenvolvimento enfrentam desafios próprios. "Há necessidades específicas que exigem cautela na adoção de padrões que podem limitar políticas domésticas", ponderou.

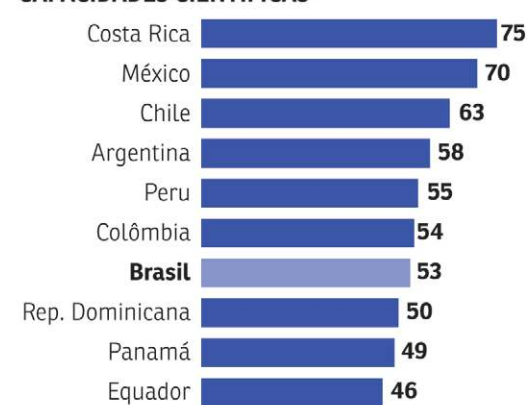
O diplomata também rebateu a percepção de que o Brasil resiste à proteção da propriedade intelectual. No cenário internacional, ele afirmou que o país busca uma integração gradual. "Temos aderido a acordos multilaterais e negociado no âmbito do Mercosul, inclusive com a União Europeia, mas evitamos

### O Brasil e a inovação

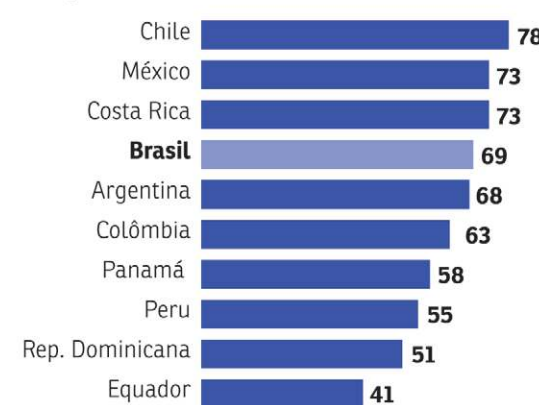
Relatório da Federação Latinoamericana da Indústria Farmacêutica (Fifarma) aponta que o país detém um bom sistema regulatório, apesar de ainda pecar na proteção da propriedade intelectual (PI)

#### PONTUAÇÕES (%) EM CINCO QUESITOS

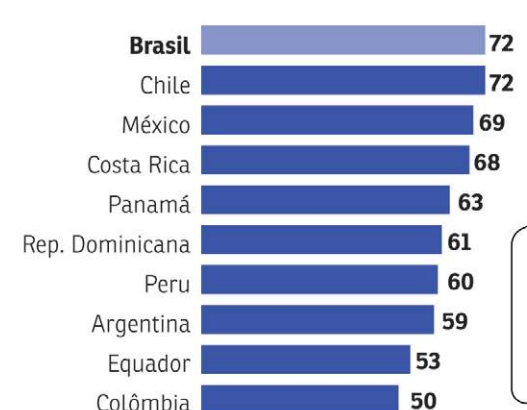
##### CAPACIDADES CIENTÍFICAS



##### PESQUISA CLÍNICA



##### SISTEMA REGULATÓRIO



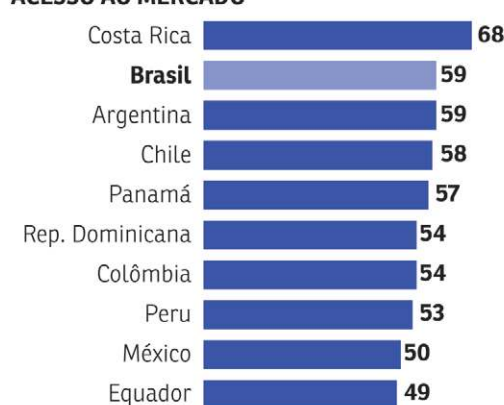
Fonte: Federação Latinoamericana da Indústria Farmacêutica (Fifarma)

compromissos que exijam mudanças drásticas na legislação", explicou.

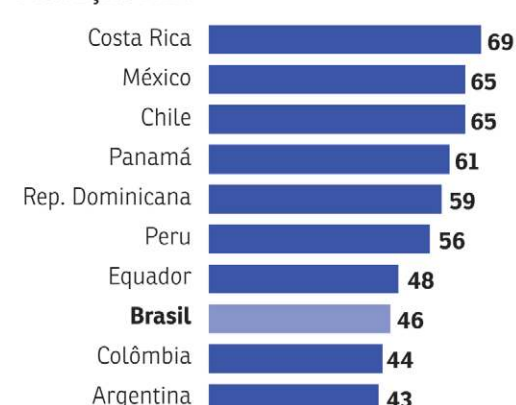
Lisboa também criticou o avanço de medidas unilaterais

no comércio global. "O Brasil vê com preocupação ações como as baseadas na Seção 301 da lei americana, que contrariam o sistema

##### ACESSO AO MERCADO



##### PROTEÇÃO DE PI



Ele avaliou, ainda, que o país está mais preparado para esse cenário. "Houve um amadurecimento significativo dos órgãos brasileiros, o que nos permite negociar com mais clareza e segurança sobre o que interessa ao país", afirmou.

### Integração

A harmonização internacional é um ponto-chave para o avanço do sistema, de acordo com o gerente de Relações Governamentais da American Chamber of Commerce (Amcham), Kaïke Silveira. Segundo ele, alinhar normas brasileiras aos padrões globais não apenas fortalece a segurança jurídica, como amplia a competitividade do Brasil no cenário internacional e atrai mais investimentos em inovação.

"O Brasil tem avançado em pontos estratégicos, mas ainda há bastante espaço para lidar com questões fundamentais para o desenvolvimento, especialmente na área de propriedade intelectual", ponderou.

Ele destacou que o conceito de harmonização deve ir além das regras formais. "Estamos muito acostumados a falar de harmonização do ponto de vista regulatório. Mas, quando falamos de propriedade intelectual, é preciso avançar para uma harmonização que seja habilitadora, que crie condições para um ambiente mais inovador, eficiente e com maior segurança jurídica."

Silveira também ressaltou a relevância do país no cenário global. "O Brasil é um mercado extremamente importante na estratégia das empresas internacionais. Hoje, cerca de 30% dos pedidos de patentes feitos no país são de empresas americanas, o que reforça a importância do fluxo de comércio entre os dois países."

Apesar dos avanços recentes, ele ressaltou a importância de maior alinhamento conceitual entre os países. "É preciso que estejamos falando a mesma língua, com conceitos alinhados, para que o diálogo seja aproveitado e possamos colher os frutos dessa maior agilidade, garantindo segurança a todas as partes envolvidas", disse.

## Mercado de carbono inspira

A experiência de outros setores, como o mercado de carbono, pode servir de referência para aprimorar a política de propriedade intelectual no Brasil, especialmente na área de patentes, afirmou Gabriela Dorlhiac, diretora-executiva do International Chamber of Commerce (ICC Brasil). "Olhar o que está sendo feito lá fora, entender o que funcionou e o que não funcionou é fundamental para construir políticas públicas mais eficientes e alinhadas com as melhores práticas internacionais", disse.

Segundo ela, iniciativas recentes mostram como esse processo pode ser aplicado na prática. "No caso do mercado de carbono, a pergunta central foi justamente: como isso está sendo feito em outros países?", explicou. A partir desse

diagnóstico, foi possível identificar caminhos mais seguros. "A gente analisou experiências como a da Califórnia e da China para entender quais modelos deram certo e quais precisaram ser ajustados", afirmou.

Para Gabriela, esse tipo de análise é essencial em áreas estratégicas como a de propriedade intelectual. "Quando se cria uma política pública com grande impacto no setor privado, é importante evitar erros já cometidos e aproveitar as melhores práticas internacionais", destacou.

Dorlhiac defendeu a modernização do ambiente regulatório brasileiro como peça-chave para ampliar a competitividade, impulsionar a inovação e tornar o país mais atrativo a investimentos. Segundo ela, esse avanço passa, necessariamente,

por maior alinhamento com padrões internacionais. "Não adianta criar um modelo muito específico e isolado, que o investidor estrangeiro não consiga entender. É preciso que as regras conversem com o que já existe no mundo", disse.

A diretora-executiva citou, ainda, o exemplo da taxonomia verde brasileira. "Desde o início, houve preocupação em construir um modelo que dialogasse com padrões internacionais, evitando barreiras desnecessárias à entrada de investimentos." Na avaliação dela, essa lógica pode ser replicada no debate sobre patentes e inovação. "Não se trata de copiar, mas de partir de uma base comum, adaptando à realidade brasileira sem perder a conexão com o cenário global."

Segundo Gabriela, o Brasil reúne ativos estratégicos relevantes, como criatividade, capital intelectual qualificado e um sistema de pesquisa robusto, mas ainda enfrenta dificuldades para converter esse potencial em desenvolvimento econômico. Para ela, um dos principais entraves é a distância entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo.

A executiva também chamou atenção para a necessidade de rever normas e burocracias que, na avaliação dela, já não acompanham a velocidade da economia global. "Há regras instituídas há décadas que precisam ser revisitadas. A economia hoje é muito mais dinâmica, mais ágil e os países precisam acompanhar essa transformação", afirmou. (RG, WL)



Dorlhiac: "É preciso que as regras conversem com o que já existe no mundo"